



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 3 de outubro de 2011

JORNAL DO COMMERCIO Estado deve pagar R\$ 400 milhões da dívida com a União CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil OPINIÃO	2
JORNAL DO COMMERCIO Fomento ECONOMIA	3
JORNAL DO COMMERCIO ZFM ECONOMIA	4
JORNAL DO COMMERCIO Poder Executivo ECONOMIA	5
JORNAL DO COMMERCIO FGV ECONOMIA	6
JORNAL DO COMMERCIO Correios ECONOMIA	7
JORNAL DO COMMERCIO Folha de salários ECONOMIA	8
JORNAL DO COMMERCIO Blogs ECONOMIA	9
JORNAL DO COMMERCIO Tony Santos ECONOMIA	10
A CRITICA sim & não OPINIÃO	11
A CRITICA Muito alarde com alta do dólar ECONOMIA	12
A CRITICA rodrigo araujo BEM VIVER	13
A CRITICA rodrigo araujo (continuação) BEM VIVER	14
AMAZONAS EM TEMPO Dilma quer destravar acordo de livre comércio ECONOMIA	15
DIÁRIO DO AMAZONAS Burocracia tributária no País 'varre' quase R\$ 20 bilhões das empresas ECONOMIA	16
DIÁRIO DO AMAZONAS AVISO DE LICITAÇÃO ECONOMIA	17
DIÁRIO DO AMAZONAS CARGA PESADA ECONOMIA	18

Estado deve pagar R\$ 400 milhões da dívida com a União

Governador, Omar Aziz, defendeu no Confaz a cobrança de juros menores e a mudança do indexador no cálculo da dívida

Foto: Alex Pazuello/Agecom



Governador, Omar Aziz, abrindo a reunião dos secretários estaduais de Fazenda no Tropical Hotel

O governador Omar Aziz disse na abertura da reunião do Confaz em Manaus, que é possível a União reduzir os juros das dívidas estaduais, que estão em torno de 17%. Ele defendeu a cobrança de juros menores e a mudança do indexador usado no cálculo da dívida, uma vez que o atual sistema reduz a capacidade de investimento. Segundo estimativa da Sefaz-AM, este

ano, a dívida do Estado está em torno de R\$ 3 bilhões, e somente com pagamento de juros e amortização, a previsão é que chegue a R\$ 400 milhões. Durante a reunião o Amazonas firmou protocolo de ICMS que autoriza a implantação de um entreposto comercial em Pernambuco, visando facilitar o escoamento dos produtos da ZFM.

Página A5

Frente & Perfil

Dilma libera bolo para incentivar exportações

Por meio da MP 546, publicada no DOU de sexta-feira (30), a presidenta Dilma autorizou a liberação de R\$ 1,95 bilhão para os estados, o DF e os municípios, a serem repassados em três parcelas de R\$ 650 milhões nos meses de outubro, novembro e dezembro. O objetivo é estimular e incentivar as exportações no país. Do total, os estados ficarão com 75% e os 25% restantes serão repassados aos municípios. O Amazonas vai receber R\$ 24,074 milhões e repassar, pelos critérios de distribuição da parcela do ICMS, R\$ 6,018 milhões aos municípios, ficando com R\$ 18,055 milhões.

Fomento

Governo formaliza incentivo às exportadoras

POR LUANA GOMES

Em meio ao cenário econômico mundial, o governo federal lança medidas para estimular as indústrias brasileiras, como a MP (Medida Provisória) 546 publicada no DOU (Diário Oficial da União) nesta última sexta-feira. De acordo com a publicação, será concedido R\$ 1,95 bilhão aos Estados e Distrito Federal, no intuito de fomentar as exportações.

No mês de agosto, quando a crise nos países europeus e

nos Estados Unidos mostrou agravamento, além de sinalizar possível impacto aos países emergentes, no qual se encaixa o Brasil, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, declarou que as indústrias nacionais precisavam de condições para manter a competitividade com as estrangeiras.

O secretário de Fazenda do Amazonas, Ispier Abraham, argumenta que qualquer ajuda é fundamental para fortalecimento do setor industrial. Embora desconheça a publicação, de acordo com o Ministério da Fazenda,

o auxílio financeiro será dividido conforme definição pelos estados no âmbito do Confaz (Conselho Nacional de Administração Fazendária), cuja decisão influenciou a MP para regulamentar o repasse.

O subsecretário de Política Fiscal do Tesouro Nacional, Marcus Pereira Aucélio, explicou que o montante já estava previsto no Orçamento de 2011, no entanto, ainda não havia critério de distribuição definida pelas unidades de federação para que ele fosse liberado.

Com três parcelas de R\$ 650 entregues até o último

dia útil dos meses de outubro, novembro e dezembro, os estados serão responsáveis por 75% da quantia e os municípios por 25%. Estes últimos terão a partilha

conforme os coeficientes individuais de participação na distribuição da parcela do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Por dentro

Desaceleração à vista

Por conta da crise, a projeção de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) para o ano corrente mostra sinais de desaceleração. Segundo o Relatório de Inflação do Bacen (Banco Central), a perspectiva saltou de 4% para 3,5%, no qual um dos motivos se refere "a atualização do cenário macroeconômico para o último trimestre do ano".

ZFM

Amazonas define entreposto comercial em Pernambuco

Objetivo é facilitar o escoamento dos produtos da ZFM pelo Nordeste

POR JULIANA GERALDO

O Amazonas firmou na sexta-feira, 30, durante reunião do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), o protocolo de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços) que autoriza a implantação de um entreposto comercial em Pernambuco, visando facilitar o escoamento dos produtos da ZFM.

"Identificamos que é importante termos um entreposto comercial no Nordeste e Pernambuco foi o local escolhido por ficar equidistante de todos os Estados da região. Um protocolo de intenções já havia sido firmado anteriormente entre os governadores dos dois Estados e hoje nós assinamos o protocolo que permite a instalação. O passo seguinte é o estado de Pernambuco definir onde será instalado o armazém", informou o secretário de Estado da Fazenda do Estado do Amazonas, Ispier Abraham.

De acordo com o secretário executivo da Sefaz (Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas), Thomaz Nogueira, o novo entreposto traz competitividade logística ao Estado. "Da forma como funciona hoje, quando a mercadoria sai do Amazonas e vai para Recife, por exemplo, o prazo para o pagamento

do imposto começa a correr imediatamente. Agora, as empresas vão poder depositar no armazém do entreposto pernambucano e o prazo só vai contar a partir da venda efetiva. Ao invés de mandar 50 televi-

O secretário executivo da Sefaz, Thomaz Nogueira, diz que o novo entreposto traz competitividade logística ao Estado

sões pra uma loja depois mais 50 pra outra, você põe tudo lá e vai atendendo o mercado consumidor", detalhou.

Segundo ele, Pernambuco também se beneficia, pois ganha atividade econômica e ICMS de transporte, tendo em vista que o

Por dentro

Entrepósitos

✓ Foram firmados protocolos de intenção (primeira fase) com os estados de Goiás, São Paulo e Pará.

✓ O Amazonas já possui entrepostos no município de Resende, Rio de Janeiro e Uberlândia, Minas Gerais.



Reunião do Confaz em Manaus foi aberta pelo governador Omar Aziz, que defendeu mudança no cálculo da dívida dos Estados

frete terá início na região.

"Em 90 dias, o governo do estado deverá cumprir a terceira etapa que é a escolha do operador logístico desse entreposto. A competição está entre os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Recife. Ainda tem um bom caminho de negociações pela frente", comentou.

Juros do FPE

Outro destaque do Confaz foi a discussão sobre os novos critérios na distribuição dos recursos do FPE (Fundo de Participação dos Estados). De acordo com Ispier Abraham, a

novidade foi a determinação do Supremo Tribunal Federal para que os novos índices sejam definidos até dezembro de 2012.

O governador do Amazonas, Omar Aziz, presente na abertura da reunião defendeu a cobrança de juros menores e a mudança do indexador utilizado no cálculo da dívida interna dos Estados. "Nós estamos pagando nossas dívidas aqui em torno de 17% de juros, quando você estaria pagando normalmente 8,5%. Isso daí é uma diferença muito grande de recursos que saem dos cofres públicos", afirmou.

Guerra fiscal visa igualar benefícios do polo amazonense

Segundo estimativa da Secretaria de Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM), este ano, a dívida do Estado com a União está em torno de R\$ 3 bilhões. Com pagamento de juros e amortização da dívida, a previsão é que cerca de R\$ 400 milhões sejam desembolsados pelo governo estadual somente em 2011.

cal entre os Estados. "O único Estado que pode conceder benefício fiscal é o Amazonas. Os demais estão concedendo benefícios, ou seja, dando incentivos para que as indústrias se instalem lá, mas sem uma cobertura legal, que nada mais é do que o es-

Outros pleitos

Outro assunto discutido foi o aumento do valor do Simples nacional que nessa semana passou, conforme decisão do governo federal, de um faturamento anual de R\$2,4 bilhões para R\$ 3,6 bilhões. "Ao fazer isso, uma série de empresas passam a se beneficiar, diminuindo substancialmente a arrecadação dos estados. Não podemos mensurar qual é a perda que isso pode trazer, mas é uma preocupação dos secretários", enfatizou Ispier Abraham.

Ele destacou ainda a questão da guerra fis-

Ao todo, o Confaz discutiu 60 pleitos. O Amazonas não entrou com nenhum pleito nessa reunião

tado fazer renúncias de um imposto que caberia a ele. Não se chegou a nenhuma decisão geral. Foram aparadas muitas arestas e as conversas vão continuar", finalizou.

Ao todo, o Confaz discutiu 60 pleitos. O Amazonas não entrou com nenhum pleito nessa reunião.

OPINIÃO

"É mais uma rede de acesso que vai beneficiar tanto a indústria amazonense quanto o comércio das diversas cidades atingidas no Nordeste"

Gilmar Freitas,

Assessor econômico da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas)

Poder Executivo

Trabalho aprova criação de uma Secretaria da Microempresa no país

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou proposta do Executivo que cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, com status de ministério. Vinculado à Presidência da República, o novo órgão será responsável pela execução de políticas públicas voltadas às empresas de pequeno e médio porte, às cooperativas e às associações.

A proposta (Projeto de Lei 865/11) cria 70 cargos em comissão, com impacto orçamentário previsto de R\$ 6,5 milhões em 2011 e R\$ 7,9 milhões nos anos seguintes, de acordo com o governo.

As medidas foram aprovadas na forma de um substitutivo do relator, deputado Eudes Xavier (PT-CE). O substitutivo mantém as atribuições do Ministério do Trabalho na gestão das políticas referentes ao cooperativismo e associativismo urbano.

Pela proposta do Executivo, esse tema passaria à Secretaria da Micro e Pequena Empresa. O Conselho Nacional de Economia Solidária, por exemplo, que hoje faz parte do Ministério do Trabalho, seria vinculado à nova secretaria.

Para Eudes Xavier, a medida seria um retrocesso. "Corre-se o risco de dissolver um trabalho intenso e esforçado desenvolvido desde 2003, quando o Governo Lula criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária no âmbito do Ministério do Trabalho", disse.

Foto: Agência Câmara



Acordo nas comissões permitiu a manutenção das cooperativas no Ministério do Trabalho

Tramitação

A proposta, que tramita em regime de urgência constitucional, já foi aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e está em análise pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Em razão do regime de urgência, tramita simultaneamente nas comissões, podendo ser votada a qualquer momento pelo Plenário.

FGV

Confiança da indústria cai e alcança o menor índice desde agosto de 2009

Indicador registra nona queda consecutiva na confiança, segundo levantamento da FGV, com retração de 1,6% entre os meses de agosto e setembro

O Índice de Confiança da Indústria (ICI), medido pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), caiu 1,6% de agosto para setembro, ao passar de 102,7 para 101,1 pontos. É a nona queda consecutiva e o menor índice desde agosto de 2009 (100,2). De acordo com os dados, o Índice de Expectativas (IE) recuou 2,6%, para 99,2 pontos, e

o Índice da Situação Atual (ISA) caiu 0,6%, para 102,9 pontos.

Segundo a FGV, o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) atingiu o menor patamar desde novembro de 2009 (82,9%) e ficou em 83,6% em setembro. Com o resultado, a média do terceiro trimestre de 2011 ficou em 83,8%, a menor desde o quarto trimestre de 2009 (83,1%).

Entre os componentes do IE, o emprego industrial atingiu o menor indicador desde junho de 2009 (98) e registrou 105,1 pontos. Das 1.241 empresas consultadas, 17,7% preveem aumentar o efetivo de mão de obra nos três meses seguintes (contra 22,6% em agosto), enquanto 12,6% pretendem diminuí-lo (contra 11,9% do mês anterior).

Já no ISA houve estabilidade nos itens que me-

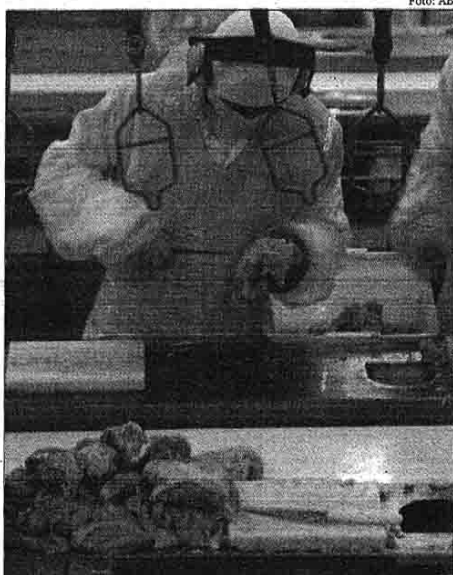


Foto: ABR

Emprego industrial foi o item no Índice de Expectativas que atingiu menor indicador desde junho de 2009, com 105,1 pontos

dem a satisfação com a situação dos negócios e o nível dos estoques, e queda no indicador do nível atual da demanda, que atingiu 102,3 pontos, o menor patamar desde setembro de 2009 (100,5). A proporção de empresas que consideram forte o nível atual de demanda diminuiu de 14,9% para 14%, enquanto a parcela das que o avaliam como fraco aumentou de 10,6% para 11,7%.

Desempenho

O processo de desindustrialização do País continua forte. É o que aponta a nova pesquisa do Indicador do Nível de Atividade, divulgada ontem pela Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

Pelo levantamento, enquanto a produção paulista em agosto teve crescimento de 0,8% frente a julho, as vendas

das fabricantes ganharam impulso bem maior, com expansão de 2,6% no mês. Os dados mostram que a comercialização no mercado interno se mantém aquecida, mas é impulsionada pela importação, apontam os especialistas.

No acumulado de janeiro a agosto, esse descompasso entre fabricação e venda é ainda maior: a primeira cresceu 2,6% e a segunda teve alta de 14,5%. Para o diretor adjunto do departamento de pesquisas econômicas da Fiesp, Walter Sacca, isso indica que o componente de produtos importados é maior do que havia no passado. "As indústrias estão se transformando em empresas comerciais e não tanto industriais", assinala Júlio Gomes de Almeida, consultor econômico do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial.

Correios

Transportadoras se "aproveitam" da greve

Com os serviços de entrega de mercadorias parado, empresas do setor obtiveram crescimento de 30%

POR OLÍVIA DE ALMEIDA

A greve dos funcionários dos Correios já dura duas semanas e, com isso, as correspondências começam a atrasar. O atraso no recebimento das contas pode ser contornado com meios alternativos - internet, fax e telefone - que empresas são obrigadas por lei a oferecer aos consumidores. Já para quem precisa enviar correspondências ou fazer entregas de objetos, a solução acaba sendo a contratação dos serviços de transportadoras ou empresas que prestam serviços similares aos dos Correios. Como no caso da empresária amazonense, Jéssica Oliveira, que precisou mandar encomendas para São Paulo e Porto Alegre, teve que recorrer a esses estabelecimentos

como um "Plano B".

Um das empresas que atua oferecendo esse serviço aqui na capital manauara é a Wind Express Transportes Urgentes, localizada no Flores, Zona Norte. "Desde que teve início a paralisação dos funcionários dos Correios, tivemos um aumento de aproximadamente 30% na demanda pelo serviço", informou o gerente da filial, Osvaldo Viriato.

De acordo com ele, a maior parte da demanda são das empresas do PIM (Polo Industrial de Manaus), que precisam enviar cargas fracionadas (pequenos volumes) para outras regiões do país. "Principalmente as do polo relojoeiro e o fonográfico", informou o gerente.

Na Wind Express o cliente pode encontrar serviço de envio com tarifa de a partir de R\$29, com prazo de entrega de até 3 dias para capital, e 5 para interior. "Trabalhos com encomenda de a partir de 1 grama até toneladas", destacou Osvaldo.

Outra que tem lucrado com a greve é a Aerovias Transportes de Encomendas, que fica no Japiim, Zona Sul. Segundo Jerry Carvalho, responsável pelo



A maior parte da demanda são das empresas do Pim, que precisam enviar cargas fracionadas

setor administrativo da empresa, a procura cresceu em média 30% comparado a outros períodos. "Em geral são consumidores pessoa física que desejam enviar encomendas para os grandes centros do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília", ressalta. O custo

do envio de até 1 quilo sai por R\$ 131 na empresa.

E na Brasil Norte Express, do Mauzinho, não está sendo diferente, o gerente da empresa, o Delmar Castellani conta que inclusive aumentou o quadro de funcionários para dar conta da demanda. "Muitos empre-

sários tem recorrido a nós nesse período por causa da greve, aumentando em 30% em média a nossa demanda de serviço", comemora.

Já a TNT Mercurio Cargas e Encomendas Expressas afirma que as remessas da região de Manaus, em sua maioria, tem um perfil de carga diferenciado, com alto valor agregado e já demandam transporte aéreo normalmente. "Não são cargas com perfil de Sedex. Por esse motivo, nessa região, não houve aumento do volume de transporte de carga no período da greve dos Correios, diferentemente de outros locais do país", informou a assessoria de comunicação. A empresa registrou no período da greve um aumento de 150% nas solicitações de informações sobre envios de remessas em todo país, no Atendimento ao Cliente.

Estratégias de fidelização com a greve

Apesar da greve ainda continuar, os empresários já apostam em estratégias como forma de fidelizar esses clientes. "Na Wind procuramos oferecer um serviço com valor agregado para conquistar o consumi-

dor, como por exemplo, de informar duas vezes ao dia o status da sua encomenda por e-mail, diferente do Correios em que ele precisa ir até o site deles para obter essa informação, além disso, todas as cargas possuem seguro e os veículos que as transportam são rastreados constantemente", frisou Osvaldo Viriato.

Por dentro

Após o fracasso das negociações com os representantes dos trabalhadores, a ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) decidiu recorrer ao TST (Tribunal Superior do Trabalho), com pedido de dissídio coletivo. A empresa disse "esgotar todas as tentativas diretas de acordo" com os sindicalistas e pediu ao TST que considere abusiva a greve, que completou 17 dias nesta sexta-feira (30). A estatal pede ainda que seja fixada multa diária de R\$ 100 mil caso a paralisação continue. O processo foi encaminhado à ministra Cristina Peduzzi, vice-presidente do TST.

Folha de salários

Relator de MP negocia com governo vantagens para indústrias nacionais

O relator da Medida Provisória 540/11, deputado Renato Molling (PP-RS), está negociando com o governo a redução das alíquotas e a ampliação do prazo de vigência da desoneração da folha de salários, um dos principais pontos do texto encaminhado pelo Executivo.

A MP, que tranca a pauta do Plenário da Câmara, autoriza as indústrias de móveis, de confecções e de artefatos de couro a substituir a tradicional contribuição previdenciária, equivalente a 20% da folha salarial, por uma contribuição de 1,5% da receita bruta. No caso das empresas de tecnologia da informação e comunicação (TIC), a alíquota é de 2,5%. A medida entra em vigor em dezembro e vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Molling recebeu dados dos setores beneficiados com a desoneração que mostrariam dificuldade para cumprir a alíquota de 1,5%. A indústria moveleira, por exemplo, afirma que só consegue suportar uma incidência de 0,75% do faturamento.

A área têxtil e de confecções só poderia chegar a 1%. No setor de TCI, alguns segmentos argumentam que a contribuição de 2,5% representa uma carga maior do que a atualmente paga. Esse setor abrange empresas tão diferentes como de programação, processamento de dados, consultoria, suporte técnico e outros.

"O setor moveleiro gaúcho, um dos principais polos do País, informa que as 30 maiores indústrias do estado terão uma despesa de R\$ 15 milhões a mais por ano com a alíquota proposta", declarou Molling. "Temos de fazer um ajuste para que não se



Foto: Walter Mendes

Indústrias de confecções estão incluídas entre as que podem ser beneficiadas com substituição da contribuição previdenciária

inverta o sentido da MP: em vez de desonerar, acabamos onerando", completou.

Em relação ao prazo de vigência da desoneração da folha, o relator avalia

No caso das empresas de tecnologia da informação e comunicação (TIC), a alíquota é de 2,5%. A medida entra em vigor em dezembro e vai durar um ano

que três anos seria mais compatível com o ritmo da atividade industrial, em vez de um ano proposto na MP. Molling desta-

cou que muitas empresas firmam contratos de fornecimento de produtos por períodos superiores a um ano – principalmente em caso de exportação. A manutenção do prazo de vigência da MP, para ele, dificulta o gerenciamento de caixa das corporações. "Com um ano, não dá para fazer o planejamento tributário", disse.

Propostas

A MP 540 traz um conjunto de medidas de política industrial e de promoção das exportações, batizadas pelo governo federal de Plano Brasil Maior. As mudanças nas alíquotas e no prazo de vigência da desoneração foram propostas por Molling em reuniões com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel.

Blogs

E como a 'febre' do momento é o tablet, novidades para os amantes da tecnologia: Jeff Bezos, CEO da Amazon, mostra ao público o tablet Kindle Fire (foto). O aparelho tem tela sensível ao toque de 7 polegadas e sistema operacional Android. O preço é um dos mais baixos da categoria US\$ 199. A distribuição

começará em 15 de novembro de 2011.

Aproveito para lembrar que, até o final deste mês, o *Jornal do Commercio* disponibiliza aos assinantes todo o seu conteúdo para leitores que possuem tablet iPad e smartphone iPhone, ambos da Apple. É a tecnologia conquistando o mundo!

Tony Santos



On-line

Estão abertas as inscrições para o seminário da VI Feira Internacional da Amazônia - FIAM 2011. As mesmas serão realizadas pela internet até o dia 26 de outubro. Esta edição tem como linha mestra o foco nas questões sobre tecnologias e economias verdes capazes de contribuir para a socioeconomia da região Amazônica.

Serão abordados temas como: Novas tecnologias no tratamento de resíduos (foco na logística reversa); Projetos de pesquisas e interação socioeconômica; Produção de orgânicos; Turismo; Amazônia Legal e suas fronteiras no contexto da integração e do comércio; dentre outros. Inscreva-se no site: <http://www.suframa.gov.br>

Artes plásticas

A exposição de arte contemporânea "Uma Gentil Invenção" está em cartaz na Galeria do SESC/Centro, com entrada franca. A mostra, de 19 obras, faz parte do projeto ArteSESC, do Rio de Janeiro, e objetiva fazer um diálogo das artes com diferentes públicos, convidando-os a decifrar seus sentidos, revelar a dimensão metafórica, crítica e irônica. Vale conferir!

sim & não

PINGA FOGO

✕ O economista e ex-prefeito de Manaus Serafim Corrêa (PSB) diz que a prorrogação da ZFM para os municípios da Região Metropolitana é um equívoco. Ele concede entrevista sobre o assunto hoje ao programa A Crítica Notícia (93,1 FM), a partir das 6h30.

Duas rodas A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) participa hoje, em São Paulo, da abertura da 11ª edição do Salão Duas Rodas. O convite foi feito pelo presidente da Caloi, Eduardo Musa. À Vanessa ele disse que o setor pretende se consolidar no PIM como o segundo maior do mundo, atrás apenas da China.

Muito alarde com alta do dólar

Muito alarde com alta do dólar

> Os prognósticos precipitados quanto à alta do dólar não levam em conta as razões que provocaram a sua queda;

> O Brasil é grau de investimento, isto é, uma economia confiável, por isso a volta dos dólares é muito provável;

> Sob nenhuma hipótese os investidores irão manter suas carteiras compostas, exclusivamente, por dólares.

Que a economia é extremamente dinâmica não resta dúvida, mas a velocidade de divulgação dos prognósticos a partir desse dinamismo parece ser mais dinâmica ainda. Nas duas últimas semanas vimos o dólar disparar até o ponto de o Banco Central ter que intervir na economia para conter a forte alta.

Quando o dólar atingiu a cotação de R\$1,95, rapidamente as notícias que ganharam destaques foram as análises vindas do Governo e da Iniciativa privada: o turismo interno será impulsionado; a inflação será forte, sobretudo nos alimentos; o turismo ao exterior reduzirá; as empresas já mudam estratégias que antes estavam voltadas para o mercado interno, agora serão direcionadas para o mercado externo, isto é, às exportações.

Esses prognósticos podem desfazer-se na mesma velocidade com que foram feitos. Basta um movimento contrário da cotação do dólar, coisa que, aliás, não é muito difícil de acontecer.

Fronteira do capital

Ávidos por bons rendimentos, os investidores irão preferir diminuir suas reservas em dólares ou, em ouro, e comprar títulos da dívida brasileira, que sempre pagou juros muito "generosos", de acordo com especialistas.

ANÁLISES PRECIPITADAS

Antes desses prognósticos, alguns aspectos importantes precisam ser avaliados. Deve-se perguntar por que o dólar estava se desvalorizando nos últimos anos para encontrar razões de sua alta agora. Há pelo menos três razões: as baixas taxas de juros praticadas pelo Banco Central dos EUA, o FED; a elevada dívida federal daquele país; e, baixa ou quase nula taxa de crescimento econômico estadunidense. Em primeiro lugar, os juros do FED dificilmente irão subir porque isso iria na contra-mão do estímulo ao crescimento econômico e, pior, valorizaria o



dólar e isso os EUA não querem. Em segundo, a elevada dívida dos Estados Unidos não diminuiu e a economia continua se arrastando. Caso a economia daquele país não volte a dar sinais de recuperação, invariavelmente o dólar voltará a cair. Isso pode acontecer porque os EUA, no intuito de reduzir essa dívida em termos relativos, pode des-

valorizar sua moeda. Além disso, essa elevada dívida pode forçar os EUA a aumentar os impostos, os quais reduziram a possibilidade de recuperação econômica num prazo mais curto.

NOVO PACOTE NOS EUA

O FED anunciou um programa de US\$ 400 bilhões para impulsionar o mercado imobiliário e o

crescimento econômico: a chamada operação Twist. Esta operação consiste em vender os títulos da dívida de curto prazo (com vencimento em até 3 ou no máximo 4 anos) para comprar títulos da dívida de longo prazo (com vencimentos de 6 a 30 anos). Com isso, espera-se reduzir as taxas de juros de longo prazo "contorcendo-a" (daí o uso da palavra twist - uma dança de muita contorção) para os níveis das taxas de curto prazo e estimular o crescimento econômico via mercado imobiliário. Contudo, essa medida pode não surtir muito efeito. O problema atual do mercado imobiliário dos EUA é o mesmo que gerou a crise de 2008: falta de confiança. Não importam como as taxas de financiamento de longo prazo fiquem baixas, o fato é que os compradores estão com medo de que os preços dos imóveis continuem com tendência de baixa.

Os investidores, diante desses riscos, podem mudar a composição de suas carteiras, investindo em países cuja economia interna é de grande potencial,

como é o caso do Brasil, Rússia, Índia e China, por exemplo. Há outro efeito combinado: caso o dólar não interrompa sua escalada de alta, pode sim haver aumento da inflação no Brasil. Com isso, o Bacen não teria muita saída a não ser intervir fortemente no câmbio ou elevar os juros. O mais provável é que eleve os juros.

Ao elevar a taxa de juros, o Governo não só restringe o consumo interno, como também atrai dólares. Juros altos aumentam os valores das prestações, os quais acarretam em queda das vendas no comércio. As empresas, resta diminuir os preços de seus produtos e isso implica em redução da margem de lucros. Do contrário, as receitas das vendas despencam. No caso do dólar, juros altos fazem com que entrem mais dólares no país. O Brasil tem a vantagem de ser classificado como grau de investimento, isto é, uma economia confiável, que oferece garantias mínimas de não dar um calote, por isso a volta dos dólares é muito provável.

rodrigo araujo

Lei Micro e pequenos empresários festejaram a aprovação do PLC 77 /11 na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que ajusta o Supersimples. Entre as mudanças, a ampliação em 50% das faixas de tributação até o teto da receita anual. O teto dos micro subiu para R\$ 360 mil e do pequeno para R\$ 3,6 milhões.

rodrigo araujo (continuação)



A Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) deu posse regimental à nova diretoria para o quadriênio 2011-2014. Reeleito, o empresário Antonio Silva prometeu dar continuidade ao trabalho, iniciado em 2007, em defesa do desenvolvimento da indústria local. Dentre as prioridades da nova direção estão o

esforço contínuo pela união e o fortalecimento dos sindicatos patronais, bem como pela ampliação e melhoria dos serviços oferecidos pelo Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Instituto Elvaldo Lodi (IEL) às indústrias, industriários e seus familiares.

Dilma quer destravar acordo de livre comércio

No primeiro dia de reuniões da 5ª Cúpula Brasil-União Europeia, nesta segunda (3), na Bélgica, a presidente Dilma Rousseff vai reiterar a preocupação com os impactos da crise econômica internacional. Dilma defenderá a parceria estratégica com o bloco como alternativa para amenizar os prejuízos causados pela crise. Ela também deverá destacar que o Brasil está disposto a colaborar com os europeus no que for necessário. Em outra frente, Dilma vai tentar destravar um acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, cujas negociações foram suspensas em 2006.

Para a presidente, um dos mercados que deveriam ser abertos aos brasileiros na Europa é do o setor de serviços. Porém, há resistências dos europeus, que temem a competição.

Rousseff deverá lembrar, ainda, que o desenvolvimento sustentável não pode ser excluído da pauta de discussões. O assunto é o principal tema da Conferência Rio+20, que ocorrerá no Rio de Janeiro entre 28 de maio e 6 de junho de 2012. Será a maior conferência mundial sobre preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e economia verde.

Paralelamente, Dilma tratará dos temas que interessam às negociações envolvendo Mercosul e União Europeia. Há articulações para que seja fechado, ano que vem, um acordo de livre comércio entre os dois blocos econômicos. Segundo especialistas, as possibilidades de negócios e de geração de empregos serão multiplicadas com o acordo.

Porém, a negociação sofre resistências de alguns gover-

nos, como o da França, que teme, por exemplo, a competição com a carne produzida na América do Sul. Outra negociação envolve a indústria manufatureira. As negociações para criação do livre comércio entre os dois blocos foram interrompidas em 2006 e só foram retomadas neste ano.

Nos discursos recentes que fez na Organização das Nações Unidas (ONU) e no Peru, Dilma disse que a crise não foi causada pelos emergentes, e sim, pelos países mais ricos. Ela se referiu aos Estados Unidos e aos europeus.

A presidente desembarcou ontem em Bruxelas, capital da Bélgica. Sem compromissos oficiais para o domingo, ela aproveitou para visitar o Museu Margritte, que reúne parte do acervo de René Margritte (1898-1967), um principais artistas plásticos surrealistas belgas.

Dilma foi convidada a abrir o 23º Europalia, o maior festival europeu de cultura que, neste ano, vai homenagear o Brasil. Também está previsto um encontro com o rei Albert 2º, da Bélgica. De Bruxelas, a presidente segue para a Bulgária, onde conhecerá a família do pai dela, Pedro Rousseff, que emigrou para o Brasil e nunca mais voltou.

Burocracia tributária no País 'varre' quase R\$ 20 bilhões das empresas

TEXTO Agência Estado
FOTO Valéria Gonçalves/AE

SÃO PAULO

A cada hora, cinco novas regras tributárias chegam à contabilidade das empresas brasileiras. Para colocá-las em prática, um batalhão de profissionais é acionado, softwares são alterados e planilhas refeitas. No fim do dia, a maratona para ficar em ordem com o Fisco já corroeu 1,16% do faturamento da empresa no período. Em um ano, a conta fica salgada.

Levantamento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) mostra que as empresas gastam R\$ 19,7 bilhões só com a burocracia do sistema tributário.

O custo equivale ao que a indústria de transformação desembolsa por ano com a folha de pagamento e supera em 58% o investimento em pesquisa e desenvolvimento, revela o estudo. Intitulado Carga Extra da Indústria Brasileira, o

trabalho mostra o quão pesado é o gasto da indústria para preparar o pagamento de um tributo e honrar outros compromissos com a União, Estados e municípios.

Até chegar ao consumidor final, considerando a cumulatividade da cadeia produtiva, os gastos com o sistema podem chegar a 2,6% do preço dos produtos industriais, de acordo com o diretor do departamento de competitividade e tecnologia da Fiesp José Ricardo Roriz Coelho, coordenador do estudo.

Custo com trabalhador

O maior custo das empresas é com pessoal. De acordo com o estudo são dez funcionários para realizar cada atividade, como folha de pagamento, escrituração fiscal e contabilidade. "Na minha empresa, há um batalhão de pessoas trabalhando pra valer nessas áreas", afirma o diretor Saulo Pucci Bueno, membro do conselho de administração do Grupo Amazonas, que produz

FRASE



José Ricardo Roriz Coelho.

Diretor na Fiesp

Custa caro manter o complexo sistema tributário brasileiro"

Sobre a elevada carga de impostos e contribuições, além do adicional com a burocracia sobre o preço dos produtos.

OS NÚMEROS

40,3%

▼ **É quanto** representa a carga tributária (impostos e contribuições) nos preços dos produtos das indústrias, segundo a Fiesp.

27,5%


▼ **Foi quanto** 'contribuiu' o setor financeiro (bancos, seguradoras e entidades de previdência privada) com a arrecadação tributária no ano.

solados e saltos de borracha. Ele conta que só na contabilidade são 15 pessoas, que gastam quase 30% do tempo de trabalho preenchendo papéis.

Além disso, como o sistema tributário é complexo e suas regras mudam diariamente, a empresa mantém outros seis funcionários para auditar o trabalho feito pela contabilidade. Apesar de a maioria das atividades serem eletrônicas, Bueno diz que ainda há muita coisa em papel.

"Exemplo disso é que mantemos um prédio só para o arquivo morto e dois funcionários para organizar toda papelada. E eles trabalham bastante".

AVISO DE LICITAÇÃO



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Pregão Eletrônico nº 24/2011
Alteração

A PREGOEIRA DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS – SUFRAMA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista que foi interposto Impugnação ao Edital acima citado, e em razão da procedência parcial da mesma, AVISA aos interessados que a ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2011, inicialmente prevista para o dia 03 de outubro de 2011, às 10h (Horário de Brasília), FICA ADIADA para o dia 14 de outubro de 2011, às 10h (Horário de Brasília), em razão da necessidade de modificações no edital e seus anexos.

O novo Edital e seus respectivos anexos estarão à disposição dos interessados no sítio www.comprasnet.gov.br, a partir do dia 03/10/2011. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelos telefones (92) 3321-7225, 3321-7226 ou 3321-7000 ramais 7225 ou 7226.

Manaus, 30 de setembro de 2011
EDJANE PINTO DOS SANTOS
Pregoeira

CARGA PESADA

Tributos devem bater recorde

A carga tributária - relação entre arrecadação de impostos e a produção econômica - deve fechar o ano em 36,5% do Produto Interno Bruto (PIB), calculam os economistas José Roberto Afonso e Marcia Monteiro Matos no estudo 'Termômetro Tributário Brasileiro', concluído esta semana. Trata-se de um recorde. Pela mesma base de cálculos, em 2010, quando a economia e a arrecadação cresceram muito, a carga ficou em 35,16% em 2010. Em 2009, havia sido de 34,68%. O recorde parece contraditório com o atual momento de esfriamento da economia, quando muitas empresas diminuem a produção, os ganhos e a arrecadação de impostos. E vai na contramão do discurso governamental, de cortar impostos para elevar a competitividade das empresas e reduzir a alta carga de tributos que pesa sobre os consumidores.

Explicação

A alta da carga tributária pode ser explicada em grande parte por um crescimento excepcional dos ganhos de dez segmentos que respondem, este ano, por 72% do aumento da receita de arrecadação federal de impostos. O grupo inclui comércio atacadista e varejista, fabricação de veículos, construção de edifícios e telecomunicações. "O que está puxando a carga tributária em 2011 é a receita federal clássica. Mas não é uma coisa homogênea, igualmente distribuída na economia", diz Afonso, especialista em finanças e economista do BNDES. O 'termômetro tributário' foi elaborado com base em estatísticas de arrecadação, até agosto, divulgadas pela Receita, pela Previdência e pelo Confaz, e no acompanhamento do PIB pelo Banco Central.